



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP COMPLETO - 23214448

(para contratação de bens permanentes e de consumo, serviços em geral, obras e serviços de engenharia por licitação)

Guia de suporte ao preenchimento do ETP: 20487579

ID (PAC):

TRF1_DIMAP_0012_2025

A. Descrição sucinta da necessidade

Adoção de providências destinadas à proteção física e patrimonial dos bens imóveis e móveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

B. Justificativa expressa para a contratação

A contratação é necessária para/porque *(expor a finalidade e os motivos da necessidade da contratação)*

A contratação dos serviços é necessária para assegurar a proteção do patrimônio público, abrangendo os bens móveis e imóveis sob a responsabilidade do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. A proteção contra sinistros como incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, derramamento ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers), furto qualificado, roubo, quebra de vidros, alagamentos, impactos de veículos e quedas de aeronaves, entre outros, visa resguardar não apenas os interesses institucionais, mas também o interesse público de forma ampla, ao evitar prejuízos ao erário, garantir a continuidade das atividades jurisdicionais e preservar a infraestrutura pública financiada com recursos da sociedade.

Além disso, a nova contratação visa dar continuidade aos serviços prestados pela empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., uma vez que o contrato nº 10/2020 (documento n. 9649900 – PA SEI nº 0000901-92.2019.4.01.8000) atingiu o limite legal de 60 (sessenta) meses de vigência em 12 de fevereiro de 2025, não sendo mais passível de prorrogação.

A não contratação implicará *(expor as consequências advindas da não contratação)*

A não contratação de empresa de seguro pode deixar vulnerável a sinistros os imóveis e móveis que fazem parte do patrimônio desta Corte.

C. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais

A proposta está em consonância com o [Plano Estratégico da Justiça Federal \(2021-2026\)](#). Macrodesafios Nacionais: *Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária*; Macrodesafio Específico: *Fortalecimento da segurança e proteção institucional*. Alinha-se, ainda, com o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - [PLS - TRF1 2021-2026](#) e com o [ODS 16 da Agenda 2030/ONU](#), que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

D. Proposta de solução

D.1. Alternativas de solução disponíveis no mercado

Solução nº	Descrição das alternativas de solução disponíveis no mercado	Fontes de consulta (órgãos públicos que adotaram a solução, fornecedores etc.)	Link das consultas (doc. SEI)
1	Contratação de Serviços de Seguro Predial e Patrimonial	Órgão Público: Universidade Federal de São Paulo	21317582 Pág. 1
2	Foi realizada a pesquisa nos sítios eletrônicos do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (21370961, fl. 1/3), Painel de Preços (21370961, fl. 4/37), Banco de Preços ((21370961, fl. 38/39), e não se verificou outras alternativas de solução, considerando que este Tribunal não detém os meios necessários à concretização do objeto: prestação de serviços de seguro predial e patrimonial. Outra alternativa de solução seria a de não contratar os serviços, consentindo que o TRF1 assumira os riscos patrimoniais decorrentes de eventuais sinistros. Nesse contexto, a prevenção se revela como melhor opção, considerando a insegurança patrimonial e financeira resultante da possibilidade de os imóveis ficarem descobertos.		

D.2. Estimativa de preços das soluções encontradas**Solução 1 - Contratação de Serviços de Seguro Predial e Patrimonial**

Trata-se de repetição de certames fracassados: Pregão Eletrônico nº 90002.2025 (21987973), conforme Relatório TRF1-Dilit 22070838 e Pregão Eletrônico nº 90004/2025 (22250015), conforme Relatório TRF1-Dilit 22352668.

TAB. 4. DETALHAMENTO DO OBJETO / ESTIMATIVA DE CUSTO							
Item	Código Sicam	Código Siasg	Qtde.	Un	Discriminação	Requerente	Valor (R\$)
01	39.69.001.310	000013943	01	un	Contratação de empresa seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília-DF	Dimap	R\$

Esta pesquisa de preços teve o objetivo, inclusive, de dar suporte inicial aos procedimentos de reserva orçamentária, análise de custo-benefício da contratação, definição da modalidade de licitação.

D.3. Razões da escolha da melhor solução (justificar técnica e economicamente o que o levou a escolher a solução)

Solução 1 - Contratação de Serviços de Seguro Predial e Patrimonial:

Os serviços a serem contratados se enquadram nas disposições contidas no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se configurando como nenhuma das atividades elencadas no art. 3º do referido decreto, cuja execução indireta é vedada. Como se trata de serviço específico prestado por empresas seguradoras, devidamente habilitadas, cuja atuação é regulamentada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a opção pela terceirização apresenta-se como a solução mais adequada, permitindo a contratação indireta de serviços.

Ademais, importa ressaltar que o TRF1 não dispõe dos meios necessários à concretização do objeto (prestação de serviços de seguro predial) e que o mecanismo adequado para que a referida contratação seja efetivada é a contratação dos serviços de seguro predial e patrimonial por atender todos os requisitos qualitativos e quantitativos exigidos por este órgão.

D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Não se recomenda o parcelamento da solução por não ser tecnicamente viável.

Justificativa: considerando a inviabilidade operacional na gestão dos inúmeros contratos que poderão resultar após a licitação com adjudicação por item, concomitante à redução do risco de inexecução, dessa maneira, entende-se pela conveniência da adjudicação dos itens a uma única empresa.

O não parcelamento da solução reduzirá os custos e facilitará a gestão contratual conforme as disposições contidas no § 3º, inciso I, do artigo 40 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

D.4.1. Aplicação de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) (somente para bens de natureza divisível em que cada item ou lote de licitação

Não se aplica o tratamento diferenciado por se tratar de prestação de serviços. E, ainda, porque a exploração de seguros privados é exercida por sociedades anônimas, conforme previsão contida no artigo 24 do Decreto-Lei nº 73/1966 e no inciso VIII do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006 que demonstra a exclusão da vantagem do tratamento jurídico diferenciado previsto, quando a pessoa jurídica exercer atividade de seguro.

E. Requisitos da solução escolhida

E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos (e análise das contratações anteriores)

Dados:

Os bens patrimoniais em uso pelo Tribunal Regional da 1ª Região – imóveis e móveis, possuem valores significativos, devendo ser mantidos e garantidos por meio de cobertura adequada de seguro. O contrato em vigência está próximo de expirar, sendo necessária a nova contratação dos serviços, a fim de que se possa dar continuidade à cobertura existente, haja vista os riscos e a imprevisibilidade de eventos a que a Administração está exposta.

1. Análise das contratações anteriores:

- Pae/SEI nº 0000901-92.2019.4.01.8000 - n. 0010/2020 - Mapfre Seguros

A contratação foi efetuada por meio do PE 75/2019 (9488618). Foram considerados nesta contratação os pedidos de esclarecimentos recebidos após a publicação do edital do pregão eletrônico, a exemplo da Informação 9529715, quanto à definição de franquia para cobertura básica, bem como outros questionamentos pertinentes, informamos que tais informações foram incluídas no pedido de proposta encaminhado às seguradoras, quando avaliados relevantes.

Todos os termos aditivos foram devidamente instruídos, em conformidade com a legislação de regência e com os dispositivos contratuais. O Termo Aditivo n. 4 - Contrato 10/2020 - Mapfre (19928768) terá a vigência expirada em 12/02/2025.

- Pae/SEI nº 0004870-86.2017.4.01.8000 - Contratação de Serviços de Seguros de Bens Imóveis do TRF. O certame foi revogado devido ao lapso decorrido diante da necessidade de responder a pedidos de esclarecimento formulados por empresas que tinham interesse em participar do certame, notadamente às solicitações contidas nos docs. 4479393 e 4479428, inferência que se extrai dos conteúdos do e-mail Sesup 4479474 e do Despacho Nulit 4488940.

Pae/SEI nº 0009198-30.2015.4.01.8000 - SEGURO PREDIAL - Termo HOMOLOGAÇÃO PE 27/2016 (2124417). Contratada a empresa Allianz Seguros S/A pelo melhor lance de R\$34.249,00 (trinta e quatro mil duzentos e quarenta e nove reais). Contratação não avaliada devido ao tempo decorrido, superior a cinco anos.

PAe/SEI nº 0007419-59.2023.4.01.8000: Trata-se de repetição de certame fracassado por não haverem licitantes do ramo interessadas no Pregão Eletrônico nº 90002.2025 (21987973), conforme Relatório TRF1-Dilit 22070838.

1.1 Pregão Eletrônico nº 90002.2025 (21987973):

Em atendimento ao Despacho TRF1-SecGA 22071376, de "Revisar o planejamento da contratação, a fim de verificar se o valor estimado está de acordo com os praticados no mercado, bem como apurar o motivo da falta de interesse das empresas do ramo no Pregão em comento.", foi contactada por telefone a corretora de seguros Flanci por meio do superintendente Ricardo Barreto (61.99836-6203), responsável pelo apólice de seguro em vigor, neste Tribunal.

Em resposta, a corretora Flanci enumerou os seguintes motivos para o fracasso do certame:

- 1) ausência de franquia na cobertura básica;
- 2) franquia das coberturas adicionais com mínimo estipulado muito baixo;
- 3) a cobertura para alagamento sofreu um reajuste por parte das seguradoras devido à calamidade pública resultante dos eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul.

Adicionalmente, esclareceu os motivos para a dificuldade na obtenção de propostas junto às seguradoras:

Diante do exposto, foram avaliados os seguintes pressupostos para o insucesso do Pregão Eletrônico nº 90002.2025 (21987973):

1.1.1. fixação de alguma condição restritiva - franquias: A ausência de franquia na cobertura básica foi reestabelecida no certame anterior após análise realizada por meio do Despacho TRF1-Dilit 21733027:

3. revisar os valores das franquias mínimas, constante das Tabela 5 dos tópicos D.2 e E.1, visto que estão muito acima dos valores praticados em outras contratações com a Administração Pública, como por exemplo: Contrato do TCU: <https://pncp.gov.br/app/editais/00414607000118/2024/39> e CNJ <https://pncp.gov.br/app/contratos/07421906000129/2024/62>;

Esta unidade decidiu, à época, pela exclusão da franquia estipulada na Proposta, da alteração dos valores estipulados para as coberturas adicionais em conformidade com a apólice em vigor doc. () para atender à recomendação acima, uma vez que apenas uma seguradora atendeu à solicitação de proposta deste Tribunal. Além disso, nos demais órgãos consultados não havia definição de franquia para a cobertura básica, e porque a apólice em vigor () não especifica valor ou percentual definido de franquia para essa mesma cobertura;

Após análise desse pressuposto, conclui-se pela definição de valor ou percentual de franquia para a cobertura básica e reavaliação dos valores de franquia das coberturas adicionais, conforme Proposta e Proposta , uma vez que restou evidenciada que esta condição não estava em conformidade com as expectativas do mercado. Isso se deve principalmente à imposição de requisito (sem franquia para a cobertura básica e valor mínimo de franquia para as coberturas adicionais) que se mostrou incompatível com a realidade do setor;

1.1.2. cobertura para alagamento e inundação: .

Após análise desse pressuposto, conclui-se pela manutenção da cobertura para alagamento e inundação no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) uma

vez que as seguradoras Somo (doc 22146167) e AXA (22146179) encaminharam propostas nas condições exigidas pelo Tribunal.

1.1.3. Preço referencial: O valor estimado para o Pregão Eletrônico nº 90002/2025 (21987973) foi inicialmente calculado com base em proposta obtida diretamente com fornecedor. Visando atender às diligências apontadas pela Dilit, após reunião via Teams, a determinação do preço foi feita com base na **mediana** dos percentuais apurados entre os valores cobertos e os prêmios pagos em contratações similares realizadas pela Administração Pública, desconsiderando-se os percentuais excessivamente elevados. O objetivo da adoção dessa metodologia foi afastar a possibilidade superfaturamento, dada a ausência de parâmetros oriundos de outras propostas de seguradoras.

Em consulta à atividade econômica desenvolvida pela única licitante, RNL Trade and Facilities Ltda, CNPJ: 15.655.026/0001-45, constatou-se que a empresa não atua no ramo de corretagem de seguros, portanto, os valores estimados no pregão revogado não podem ser considerados inexequíveis uma vez que não houve competição. Além disso, não se pode atribuir o afastamento dos potenciais licitantes visto que estes não demonstraram interesse em apresentar propostas antes de conhecer o valor estimado, conforme Ata TRF1-Dilit 22065626.

Após análise desse pressuposto, conclui-se pela manutenção do cálculo do valor estimado conforme determinado para o PE 90002/2025 (21987973).

Resultado da Análise

Conclui-se, portanto, que não devem ser mantidos os requisitos referentes à franquia para a cobertura básica e os valores das franquias para as coberturas adicionais. Devem ser mantidos o valor para a cobertura de alagamento e que o preço estimado para o Pregão Eletrônico nº não pode ser considerado como motivo para o fracasso do certame.

1.2. Pregão Eletrônico nº:

1.2.1. Relatório TRF1-Dilit :

(...)

Isto posto, a empresa, foi desclassificada com base na alínea “a”, subitem 9.3 do Edital, por ofertar preço excessivo em relação ao estimado pela Administração.

Em consequência o Certame restou fracassado por ausência de proposta apta a contratar.

(...)

O Relatório TRF1-Dilit, conclui-se que durante a negociação entre o pregoeiro e a licitante, o valor da oferta não pode ser reduzido.

Participou do Certame apenas 01 (uma) empresa, conforme consta da Ata,.

Durante a etapa de lances, a pregoeira informou que o preço ofertado estava superior ao orçado pela Administração, solicitando sua redução, porém o preço continuou acima do estimado.

Terminada a etapa de lances, verificando que o valor ofertado para o item permanecia acima do estimado pela Administração, esta Pregoeira travou negociação com a única empresa participante do item, sem êxito, conforme mensagens do chat da Ata.

Isto posto, a empresa, foi desclassificada com base na alínea “a”, subitem 9.3 do Edital, por ofertar preço excessivo em relação ao estimado pela Administração.

Em consequência o Certame restou fracassado por ausência de proposta apta a contratar.

Resultado da Análise

Considerando o relatório acima e as mensagens do chat da compra (Ata 22352170), extraem-se as seguintes considerações do motivo do fracasso, segundo a licitante Axa Seguros:

a) o edital não contemplou os limites máximos de indenização definidos para as coberturas e percentuais e valores definidos para as franquias em conformidade com a proposta encaminhada pela em 29/01/2025 (doc.);

De fato, os valores e percentuais definidos no edital para a cobertura e franquias foram os mais vantajosos para a Administração entre os valores propostos pela (doc.) e (22146179) conforme tabelas 8 e 11 contidas no tópico E.1 do ETP .

b) Foi ofertado o lance de R\$. A justificativa para a não redução da oferta para R\$, é porque no edital não constavam as condições contidas na proposta 22146179, "onde para cada cobertura foi estabelecido

o limite máximo de indenização sobre o maior valor em risco, conforme as regras de subscrição para os seguros de riscos nomeados de grandes riscos desta forma, todos os locais estarão segurados com seus respectivos valores em risco limitados em cada cobertura ao limite máximo de indenização".

1.2.2. Análise dos pedidos de esclarecimentos apresentados pelas empresas:

TAB. 5 - ANÁLISE DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO		
5.1 -		
Pergunta	Resposta 22270532	Manifestação
1 - De acordo com o Termo de Referência, item 2, subitem 2.1.2 está sendo informado a seguradora atual. Prêmio	Resposta: As informações referentes à última contratação constam do subitem 3.4, "d" do Anexo I - Termo de Referência,	Sem necessidade de

<i>informar o prêmio pago atualmente.</i>	do Pregão Eletrônico nº 90004/2025 (22250015).	alteração do TR
<i>2 - Solicitamos informar a experiência de sinistro do grupo nos últimos 05 (cinco) anos, conforme segue abaixo: 2.1. Prêmio pago; 2.2 Sinistros por cobertura (pagos/avisados);</i>	Resposta: Não houve ocorrência de sinistro nos últimos 05 (cinco) anos, conforme subitem 3.4, "c" do Anexo I - Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº 90004/2025 (22250015).	Sem necessidade de alteração do TR
<i>3 - Para as coberturas solicitadas em cada local, não foi especificado o valor mínimo da franquia (o edital está: 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de (não tem o mínimo). Podemos entender que cada seguradora poderá apresentar o seu percentual mínimo?</i>	Resposta: As informações referentes ao valor das franquias encontram-se especificadas conforme tabelas contidas no item 10 do do Anexo I - Termo de Referência, bem como do Anexo II - Modelo de proposta de preços, do Pregão Eletrônico nº 90004/2025 (22250015).	Sem necessidade de alteração do TR
<i>4 - Solicitamos que nos seja informado se entre os locais a serem segurados, existe algum prédio em reforma ou em construção?</i>	Resposta: As informações solicitadas constam do subitem 3.7 e 3.11 do Anexo I - Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº 90004/2025 (22250015).	Sem necessidade de alteração do TR
<i>5 - Pedimos a gentileza de informar conforme abaixo: a. Entre os locais a ser segurados, existe algum prédio tombado pelo patrimônio histórico. b. Em caso de sinistro envolvendo os bens imóveis tombados pelo patrimônio histórico, a Seguradora deve responder unicamente pelos valores referentes à reconstrução da edificação, isto é, estão excluídas deste seguro as reclamações de indenização pelos custos ou despesas relativas à restauração das particularidades arquitetônicas, assim como pelos prejuízos decorrentes da depreciação artística do valor do imóvel? Está correto este entendimento? Podemos incluir esta cláusula em nossa Proposta?</i>	Resposta: As informações solicitadas constam do subitem 3.5 do Anexo I - Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº 90004/2025 (22250015).	Sem necessidade de alteração do TR
<i>6 - Solicitamos que nos seja informado se o LMI (Limite Máximo de Indenização) será único ou por local. O mesmo representa 100% do valor do risco?</i>	Resposta: O LMI (Limite Máximo de Indenização) será por local, conforme subitem 10 do Anexo I - Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº (22250015). O mesmo representa 100% do valor do risco.	Sem necessidade de alteração do TR

7 - De acordo com o Termo de Referência, item 14, subitem 14.1, Trata da Subcontratação. Pedimos informar se o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO, está ciente de que, as Companhias Seguradoras Sediadas no Brasil estão submetidas as Normativas da SUSEP (A Resolução CNSP 443/2022: Dispõe sobre estipulação de seguros e responsabilidades e obrigações de estipulantes e sociedades seguradoras em contratações de seguros por meio de apólices coletivas). Diante disso, a regularização de sinistro / contratação de serviços de assistências complementares ao seguro, são inspecionadas e executadas por empresas parceiras terceirizadas, cadastradas na Companhia Seguradora.

Resposta: A subcontratação está prevista na cláusula 2.1.17 do Anexo III - Minuta do Contrato, do Pregão Eletrônico nº .

Sem necessidade de alteração do TR

Sem necessidade de alteração do TR:

9
.
1
.
5
.
C
a
r
a
c
t
e
r
i
z
a
d
o
o
s
i
n
i
s
t
r
o,
a
S
e
g
u
r
a
d
o

r
a
f
i
c
a
r
e
s
p
o
n
s
á
v
e
l
p
o
r
g
a
r
a
n
t
i
r
a
p
l
e
n
a
c
o
b
e
r
t
u
r
a
e
s
t
a
b
e
l
e
c
i
d
a
s
n
a
a
p
ó
l
i
c
e
n
o
t
e
r
m
o
d

e
r
e
f
e
r
ê
n
c
i
a,
p
r
o
v
i
d
e
n
c
i
a
n
d
o
a
r
e
g
u
l
a
r
i
z
a
ç
ã
o
d
o
s
i
n
i
s
t
r
o
p
o
r
v
e
n
t
u
r
a
o
c
o
r
r
i
d
o,
c
o
n
s
i
d
e
r

8 – Ocorre que de acordo com a Circular SUSEP 621/2021 – Art. 42 e Art. 43: solicitamos a essa douda comissão de licitação, que a cláusula em referência seja retificada às normas da SUSEP, para que todas as Seguradoras possam trabalhar de forma linear.

Como o processo para chegar na fase de pagamento do sinistro é um pouco burocrático, devido a documentação exigida por parte da seguradora e destas, por parte do segurado, a SUSEP – Órgão regulamentador das Companhias Seguradoras no Brasil, determina um prazo para que os pagamentos de indenização de sinistro sejam limitados até 30 dias, conforme artigo da circular abaixo informada.

Resposta: O prazo para liquidação de sinistro consta da cláusula 2.1.15 do Anexo III - Minuta de Contrato, do Pregão Eletrônico nº .

• Realizar, no caso de ocorrência, a de si nistr o, a li qu i d a ç ã o d o s s i n i s t r o s e m p r a z o n ã o s s u p e r i o r

a 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do cumprimento de todas as exigências

9 - Pedimos confirmar se o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO está ciente de que uma eventual recusa de sinistro, por eventos não previstos no edital, não será considerado pela comissão julgadora/administrador do contrato como um descumprimento contratual, ensejando assim a aplicação de penalidades à Companhia Seguradora. Este ponto se faz necessário esclarecer, pois no segmento de seguros, a cobertura securitária depende da análise das circunstâncias dos fatos, e da apresentação de documentos, a cobertura não é automática pelo simples fato de ter sido contratada através de um processo de Licitação. Ficamos no aguardo.

Resposta: A aplicação de quaisquer penalidades será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da cláusula 12.9 do Anexo III - Minuta de Contrato, do Pregão Eletrônico nº .

Sem
necessidade de
alteração do TR

5.2 -

1) As Cláusulas 12.2, 12.4 e 12.5 da Minuta do Contrato tratam da aplicação de multas a serem calculadas "sobre o valor contratado", "sobre o valor total do contrato" e "sobre a parte não executada ou sobre o valor total contratado". Estamos considerando que eventuais multas serão calculadas sobre o valor do prêmio a ser pago à seguradora vencedora, ou seja, o valor previsto na proposta final vencedora e que constará no campo "Valor Anual do Prêmio" do Anexo ao Contrato ("Planilha de Preços"). Esse entendimento está correto? Caso a resposta seja negativa, solicitamos a gentileza de nos

Resposta:
O entendimento está correto. A base de cálculo de eventual multa é o valor do prêmio, que também será o valor do contrato.

Resposta
elaborada pela
Diacó
(22313989)
Circular 223290
68

esclarecer qual será a base de cálculo destas multas.		
2) Diante do que consta na Cláusula 5.1.1 da Minuta do Contrato, estamos considerando que a vigência da apólice terá início na mesma data de início da vigência do contrato, ou seja, a partir da data a ser inserida na Cláusula 11.1 da Minuta do Contrato, a qual, por sua vez, será igual ou posterior à data da assinatura do contrato. Esse entendimento está correto?	Resposta: O entendimento está correto.	Resposta elaborada pela Diaco (22313989) Circular 223290 68
3) O item 11.3 do edital trata de aplicação de multa no caso de "atraso injustificado na prestação da garana," conforme previsto no §3º, art. 97 da Lei 14.133/2021. Tendo-se em vista que não localizamos no edital e nem mesmo na minuta do contrato qualquer previsão sobre exigência de garana de execução do contrato, somado ao fato de que o objeto do presente certame é a contratação de apólice de seguro, estamos considerando que, no presente certame, não está sendo exigida a apresentação de garana de execução do contrato. Esse entendimento está correto? Caso a resposta seja negativa, solicitamos a gentileza de nos informar qual o item ou cláusula consta tal exigência.	Resposta: A multa referente ao "atraso injustificado na prestação da garantia," indicada no subitem 11.3 do Edital, não se aplica a contratação em tela, vez que não está sendo exigida a prestação de garantia contratual.	Resposta elaborada pela Dilit Circular 223290 68
4) Notamos que na coluna "franquia" do item 10 do Termo de Referência constou, relativamente a cobertura básica do edício sede, o seguinte teor: "10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 1.000,00 sem franquia". Estamos considerando que constou por engano na parte final o termo "sem franquia", devendo ser desconsiderado, eis que poderá ser aplicada para a cobertura básica franquia de 10% dos prejuízos indenizáveis, com mínimo de R\$ 1.000,00. Esse entendimento está correto?	Resposta: Deverá ser considerada para a cobertura referente a Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza do Ed. Sede I, constante na primeira tabela do item 10 do Anexo I ao Edital do Pregão em epígrafe, a franquia de 10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 1.000,00, conforme Circular Dilit 07/2025 disponível nos Portais de Compras do Governo Federal e deste Tribunal link https://sistemas.trf1.jus.br/licitacoes/detalhar.php?idLicitacao=9530&localidade=TRF1 .	Resposta elaborada pela Dilit Circular 223290 68
		Alterada a redação do

item 5.8 para adequar à mesma redação do ETP:
Redação anterior:

5
.
8
.
O
s
b
e
n
s
a
v
a
l
i
a
d
o
s
c
o
m
o
i
n
s
e
r
v
í
v
e
i
s,
a
p
ó
s
d
e
v
o
l
v
i
d
o
s
à
á
r
e
a
d
e
p
a
r
t
i
m
ê
n
t
e,
s
ã

o d e s t i n a d o s a c o m p o r p r o c e s s o d e d e s f a z i m e n t o d e b e n s m ó v e i s e m c o n f o r m i d a d e c o m

5) Solicitamos a gentileza de nos informar se existem bens em desuso ou inservíveis. Caso existam, entendemos que a cobertura é somente para o prédio, uma vez que está fora das coberturas de grande parte do mercado segurador, bens em desuso e inservíveis. Está correto o entendimento?

Resposta: Os bens em desuso ou inservíveis, após devolvidos à área de patrimônio, são destinados a compor processo de desfazimento de bens móveis em conformidade com a Instrução Normativa 14-16 do TRF1, conforme item 3.8 do Anexo I do Edital de Licitação nº 90004/2025 (22250015). Os valores das coberturas e franquias constam do item 10 do Anexo I - Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº

Redação atual:

a
I
n
s
t
r
u
ç
ã
o
N
o
r
m
a
t
i
v
a
1
4
-
1
6
d
o
T
R
F
1
.

5
.
8
.
O
s
b
e
n
s
e
m
d
e
s
u
s
o
e
/
o
u
a
v
a
l
i
a
d
o
s
c
o
m
o

inservíveis, após desenvolvimento dos trabalhos à área de parâmetros, sendo destinadas aos órgãos competentes para o processamento

esfazi mento de bens móveis em conformidade com a Instrução Normativa 14 - 16 do TRF

		1
6) A cobertura de Responsabilidade Civil possui várias ramificações personalizadas para cada seguimento. Por exemplo, existe: • RC Hotéis e Pousadas (para Hotéis); • RC Operações (o mais comum, utilizado para resguardar o Segurado de quanas pelas quais vier a ser civilmente responsabilizado e condenado a pagar, relavas a reclamações por danos corporais e/ou materiais cobertos e indenizáveis pela apólice involuntariamente causados a terceiros decorrentes da atividade do Segurado em execução no local segurado); • RC Concessionárias (para Concessionárias); etc Entendemos que o correto e mais adequado para vossa Administração seria o RC Operações. O entendimento está correto?	Resposta: A cobertura referente a Responsabilidade Civil está discriminada no item 9.4 do Anexo I - Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº	*ver manifestação, abaixo
7) Solicitamos a genleza de nos informar se as declarações exigidas poderão ser assinadas de forma eletrônica pelas licitantes, por cerficado digital emido pelo ICP-Brasil nos termos da Medida Provisória nº 2200/01.	Resposta: Sim. Está correto o entendimento. Resposta: As informações	Sem necessidade de alteração do TR
8) Genleza nos informar a atual detentora da conta.	referentes à última contratação constam do subitem 3.4 do Anexo I - Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº . Resposta: Não houve ocorrência de sinistro nos	Sem necessidade de alteração do TR
9)Genleza nos informar a sinistralidade dos úlmos 5 anos.	últimos 05 (cinco) anos, conforme subitem 3.4, "c" do Anexo I - Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº .	Sem necessidade de alteração do TR
10)No termo de referência, prevê que a cobertura de RC deverá " de conceito amplo, que abrangerá toda e qualquer responsabilidade civil por danos causados a terceiros.". Neste caso, como o termo ulizado é muito amplo, uma vez que para cobertura de RC de cada seguradora, há em suas Condições Gerais e Especiais,	Resposta: As informações referentes à responsabilidade	Obs.: ver manifestação,

<i>bens e riscos excluídos, ou seja, não é todo e qualquer bem, nem todo e qualquer acidente, que estará amparado. Neste caso, a seguradora vencedora, em caso de sinistro, poderá aplicar as exclusões dispostas em suas condições Gerais e Especiais, sem que seja considerado descumprimento de contrato? Solicitamos ciência e de acordo.</i>	civil constam do subitem 9.4 do Anexo I - Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº	<i>abaixo, tópico 1.2.3 - Responsabilidade e Civil</i>
5.3 -)		
<i>Prezados, boa tarde! Os limites solicitados para as coberturas acessórias são únicos ou devem ser considerados local a local, somando-se entre si?</i>	Resposta: O LMI (Limite Máximo de Indenização) será por local, conforme subitem 10 do Anexo I - Termo de Referência, do Pregão Eletrônico nº (22250015).	Sem necessidade de alteração do TR
5.4 -		
<i>Confirmamos o recebimento dos esclarecimentos. Entretanto, solicitamos um ponto de atenção para as perguntas referente a cobertura de Responsabilidade civil, uma vez que o mercado segurador não consegue atender à solicitação como cobertura ampla para qualquer risco. Sendo assim solicitamos a revisão da resposta e a informação para que possamos participar da licitação.</i>	Resposta: Reiteramos a resposta da pergunta 10 do documento nº 22328082 replicado na Circular Dilit 08 - Resposta Esclarecimentos 02 e 03 (22329068):	<i>Obs.: ver manifestação, abaixo, tópico 1.2.3 - Responsabilidade e Civil</i>

1.2.3. Responsabilidade Civil

Sobre Responsabilidade Civil, consta do Termo de Referência 22232984, a seguinte redação:

13.4. A cobertura referente a Responsabilidade Civil deverá assegurar proteção ao TRF1 em relação às quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresse pela Seguradora, relativas a terceiros decorrentes de dano pessoal (dano corporal, morte, invalidez, doença) e material). A cobertura de responsabilidade civil é a de conceito amplo, que abrangerá toda e qualquer responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

A Seguradora Sompou questionou a utilização da expressão "conceito amplo" para definir o tipo de cobertura.

Não obstante, o teor do item 13.4 do Termo de Referência, observa-se a possível avaliação da necessidade de esclarecimento quanto à cobertura de Responsabilidade Civil à luz da Circular Susep nº 637, de 27 de julho de 2021 (<https://www2.susep.gov.br/safe/bnportal/internet/en/search/49939>), considerando a análise da conformidade regulatória do texto, bem como a clareza nas definições, alinhamento com a prática do mercado e a mitigação de risco de fracasso do certame.

Os aspectos gerais desta cobertura foram definidos no [art. 3º da Circular Susep nº](#)

[637, de 27 de julho de 2021:](#)

Art. 3º No seguro de responsabilidade civil, a sociedade seguradora garante o interesse do segurado, quando este for responsabilizado por danos causados a terceiros e obrigado a indenizá-los, a título de reparação, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, mediante a anuência da sociedade seguradora, desde que atendidas as disposições do contrato.

§ 1º A forma de garantir o interesse do segurado a que se refere o caput deve estar claramente expressa nas condições contratuais dos seguros de responsabilidade civil, seja por indenização direta ao segurado ou outra forma definida entre as partes.

§ 2º A sociedade seguradora poderá incluir, entre as hipóteses a que se refere o caput, a decisão administrativa do Poder Público que obrigue os segurados a indenizar os terceiros prejudicados.

Conforme as disposições contidas no artigo 4º, os seguros de responsabilidade civil são classificados conforme a natureza dos riscos, nos seguintes ramos:

I - riscos decorrentes da responsabilização civil vinculada ao exercício, pelo segurado, de cargos de direção ou administração em empresas são enquadrados no ramo de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores de Empresas (RC D&O);

II - riscos decorrentes da responsabilização civil vinculada à prestação de serviços profissionais, objeto da atividade do segurado, são enquadrados no ramo de seguro de Responsabilidade Civil Profissional (RC Profissional);

III - riscos decorrentes da responsabilização civil vinculada aos danos ambientais são enquadrados no ramo de seguro de Responsabilidade Civil Riscos Ambientais (RC Riscos Ambientais);

IV - riscos decorrentes da responsabilização civil vinculada a incidentes cibernéticos (danos aos equipamentos e sistemas de tecnologia da informação, às suas informações ou à sua segurança) são enquadrados no ramo de seguro de Responsabilidade Civil Compreensivo Riscos Cibernéticos (RC Riscos Cibernéticos); e

V - riscos decorrentes da responsabilização civil, que não possuam ramo específico, são enquadrados no ramo de seguro de Responsabilidade Civil Geral (RC Geral). (grifo nosso)

O [artigo 14, I, da Circular Susep nº 637, de 27 de julho de 2021](#), dispõe sobre o seguro de RC Geral:

Art. 14. O seguro de RC Geral constitui um ramo específico que cobre os riscos de responsabilização civil por danos causados a terceiros, abrangendo, como segurados:

I - as pessoas jurídicas, por força dos produtos ou serviços a elas vinculados; (grifo nosso)

(...)

Art. 15. No seguro de RC Geral, a sociedade seguradora deve garantir o interesse do segurado que for responsabilizado por danos causados a terceiros e obrigado a indenizá-los, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, mediante a anuência da sociedade seguradora, desde que atendidas as disposições do contrato.

No sítio eletrônico da [Susep - Superintendência de Seguros Privados](#), consta resposta ao questionamento de quais informações da proposta devem ser observadas pelo interessado em contratar os seguros de RC do grupo responsabilidades:

Segundo a Circular Susep nº 637/2021, os proponentes aos seguros de RC D&O, RC Profissional, RC Riscos Ambientais, RC Riscos Cibernéticos e RC Geral devem verificar a forma que a seguradora adota para garantir o interesse do segurado (indenização por reembolso ao segurado, indenização direta ao segurado, indenização direta ao terceiro prejudicado etc.), a qual deve estar claramente expressa nas condições contratuais destes seguros.

O interessado em contratar seguro de RC deve verificar se, no produto ofertado pela seguradora, a contratação de uma cobertura exigir a contratação prévia de outra cobertura, fato que deve estar detalhado na proposta, nas condições contratuais e em

quaisquer peças publicitárias ou manuais que tratem do assunto.

A garantia do contrato de seguro de RC está condicionada ao atendimento das suas disposições, em particular as datas de ocorrência dos danos, de apresentação das reclamações pelos terceiros, de apresentação das notificações pelo segurado ou do aviso de sinistro pelo segurado, conforme o tipo de contrato.

Ocorre que, a indicação da forma de indenização pode restringir a competição uma vez que, conforme o artigo 3º da citada Circular Susep, fica facultada às seguradoras a definição de critérios para garantir a indenização da cobertura de RC, seja por indenização por reembolso, indenização direta ao segurado, indenização direta ao terceiro prejudicado, etc).

Não obstante, o pedido de esclarecimento da Seguradora Sompó sugerindo que este Tribunal indique a modalidade da cobertura de RC para RC Operações (o mais comum, utilizado para resguardar o Segurado de quantas pelas quais vier a ser civilmente responsabilizado e condenado a pagar, relativas a reclamações por danos corporais e/ou materiais cobertos e indenizáveis pela apólice involuntariamente causados a terceiros decorrentes da atividade do Segurado em execução no local segurado), não consta esse termo "RC Operações" na [Circular Susep nº 637, de 27 de julho de 2021](#) ou nas informações referentes à [Seguro de Responsabilidade](#) contidas no sítio eletrônico da Susep.

Resultado da Análise

Não obstante, o teor do item 13.4 do Termo de Referência, observa-se a possível avaliação da necessidade de esclarecimento quanto à cobertura de Responsabilidade Civil à luz da Circular Susep nº 637, de 27 de julho de 2021 (<https://www2.susep.gov.br/safe/bnportal/internet/en/search/49939>), considerando a análise da conformidade regulatória do texto, bem como a clareza nas definições, alinhamento com a prática do mercado e a mitigação de risco de fracasso do certame.

1.2.4. Análise dos artefatos de contratação

1.2.4.1 Análise Técnica elaborada pela Dieng (Informação 22535251)

TAB. 6 - ANÁLISE DOS ARTEFATOS DE CONTRATAÇÃO 6.1 Análise do Termo de Referência	
Redação anterior	Redação atual
5.5 Os imóveis pertencentes a este Tribunal estão inseridos no conjunto urbano de Brasília que é tombado, nos termos da Portaria 314/92 e Portaria n. 166/2016. Contudo nenhum deles faz parte dos imóveis tombados individualmente pelo IPHAN.	Não houve alterações no texto.
5.6. Todas as edificações possuem área para arquivo, sendo que nos edifícios Sede I, Sede II, Anexo I, Anexo II (Ed. Adriana), há arquivos judiciais. Além, desses, há processos administrativos armazenados, inclusive na categoria "guarda permanente".	5.6. Todas as edificações possuem área para arquivo, sendo que nos edifícios Sede III e Anexo II (Ed. Adriana), há arquivos judiciais. Além, desses, há processos administrativos armazenados, inclusive na categoria "guarda permanente".
5.7. Não existem imóveis desocupados ou locados, à exceção da nova sede do TRF1, que se encontra em construção, porém não integra o conjunto de imóveis objeto desta contratação.	Não houve alterações no texto.

5.9. Não foram utilizados isopainéis nas edificações;	Os Edifícios Centro de Treinamento da Justiça da 1ª Região - Centrejufe e Base Operacional de Serviços Administrativos possuem telha termoacústica. Metragem: - Base Operacional: não temos planta da cobertura, pela projeção na planta baixa é cerca de 1.986,12 m2. - Esmaf: 991,31 m2. - Hotel: 1.057,96 m2.
5.10. O serviço de Saúde do TRF1 realiza atividades como: consultas médicas, odontológicas, de enfermagem, de nutrição, de serviço social, emissão de atestado de saúde, atendimento de emergência em postos de trabalho (com utilização de desfibrilizador, se necessário), exames periódicos de saúde, serviço de saúde e segurança do trabalho, dentre outras;	O serviço de Saúde do TRF1 realiza atividades como: consultas médicas, odontológicas, de enfermagem, de nutrição, de serviço social, emissão de atestado de saúde, atendimento de emergência em postos de trabalho (com utilização de desfibrilador, se necessário), exames periódicos de saúde, serviço de saúde e segurança do trabalho, dentre outras; também possuem local reservado para coleta de resíduos de descarte hospitalar.
5.11. Os imóveis podem ser submetidos a pequenas reformas durante a vigência da apólice. No entanto, qualquer alteração referente ao valor total dos bens abrangidos pela apólice, assim como a inclusão e/ou exclusão de bens, serão objeto de endosso, conforme estabelecido no item 12 deste Termo de Referência.	5.11 Os imóveis podem ser submetidos a obras de Retrofit (reforma e reabilitação) durante a vigência da apólice. No entanto, qualquer alteração referente ao valor total dos bens abrangidos pela apólice, assim como a inclusão e/ou exclusão de bens, serão objeto de endosso, conforme estabelecido no item 12 deste Termo de Referência.
13.1.2. Coberturas Acessórias para danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (sprinklers), furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos, alagamento e inundação.	13.1.2. Coberturas Acessórias para danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (sprinklers), hidrantes, furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos, alagamento, inundação, danos causados por colisão de veículos ou aeronaves e eventos climáticos intensos.
13.2. O Seguro Contra Incêndio deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio e suas consequências.	13.2. O Seguro Contra Incêndio deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio, curto-circuitos e suas consequências.
13.4. A cobertura referente a Responsabilidade Civil - RC Geral, deverá assegurar proteção ao TRF1 em relação aos danos causados a terceiros e obrigado a indenizá-los, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, conforme as disposições contidas na Circular Susep nº 637, de 27 de julho de 2021. A referida cobertura deverá ser na modalidade específica para estabelecimento comercial e/ou industrial.	Não houve alterações no texto.
13.5. A cobertura referente ao Derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers) deverá assegurar proteção ao	13.5. A cobertura referente ao derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers) e hidrantes deverá assegurar

patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por água, proveniente do derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers) existentes e instalados nos prédios segurados.

proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por água, proveniente do derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers) e hidrantes existentes e instalados nos prédios segurados.

6.2 - Análise do Anexo III do Termo de Referência

EDIFICAÇÃO	PREVENTIVAS	OBSERVAÇÕES COISI/SEPOL	OBSERVAÇÕES DIENG
SEDE I	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por gravidade.	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por gravidade, porém está sendo adequado para pressurização por bombas hidráulicas.
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	Esta edificação possui sistema de proteção contra descarga atmosférica instalada na cobertura do prédio e sistema de aterramento lateral	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas na lateral da edificação. Previsão de Modificação Está prevista uma modificação para um novo sistema de SPDA estrutural, que visa melhorar a proteção contra descargas atmosféricas e garantir a segurança da edificação e de seus ocupantes. Essa modificação visa atender às normas e regulamentações vigentes, além de proporcionar uma maior eficiência e confiabilidade ao sistema de proteção contra descargas atmosféricas.
EDIFICAÇÃO	PREVENTIVAS	OBSERVAÇÕES COISI/SEPOL	OBSERVAÇÕES DIENG
SEDE II	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	Esta edificação possui sistema de proteção contra descarga atmosférica instalada na cobertura do prédio e sistema de aterramento lateral	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.

EDIFICAÇÃO	PREVENTIVAS	OBSERVAÇÕES COISI/SEPOL	OBSERVAÇÕES DIENG
SEDE III	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	Esta edificação possui sistema de proteção contra descarga atmosférica - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas no centro da edificação. Previsão de Modificação Está prevista uma modificação para um novo sistema de SPDA estrutural, que visa melhorar a proteção contra descargas atmosféricas e garantir a segurança da edificação e de seus ocupantes. Essa modificação visa atender às normas e regulamentações vigentes, além de proporcionar uma maior eficiência e confiabilidade ao sistema de proteção contra descargas atmosféricas.
EDIFICAÇÃO	PREVENTIVAS	OBSERVAÇÕES COISI/SEPOL	OBSERVAÇÕES DIENG
Anexo I	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	Esta edificação possui sistema de proteção contra descarga atmosférica - SPDA.	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas na lateral da edificação.
EDIFICAÇÃO	PREVENTIVAS	OBSERVAÇÕES COISI/SEPOL	OBSERVAÇÕES DIENG
Anexo II	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	Esta edificação possui sistema de proteção contra descarga atmosférica - SPDA.	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas na lateral da edificação.
EDIFICAÇÃO	PREVENTIVAS	OBSERVAÇÕES COISI/SEPOL	OBSERVAÇÕES DIENG
Centrejufe ESMAF	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	Esta edificação possui sistema de proteção contra descarga atmosférica - SPDA.	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
EDIFICAÇÃO	PREVENTIVAS	OBSERVAÇÕES COISI/SEPOL	OBSERVAÇÕES DIENG

Centrejufe Hotel	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	Esta edificação possui sistema de proteção contra descarga atmosférica - SPDA.	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
EDIFICAÇÃO	PREVENTIVAS	OBSERVAÇÕES COISI/SEPOL	OBSERVAÇÕES DIENG
Base Operacional	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	Esta edificação possui sistema de proteção contra descarga atmosférica - SPDA.	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
EDIFICAÇÃO	PREVENTIVAS	OBSERVAÇÕES COISI/SEPOL	OBSERVAÇÕES DIENG
Gráfica	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	Esta edificação possui sistema de proteção contra descarga atmosférica - SPDA.	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.

Resultado da análise

A maioria das alterações propostas pela equipe de engenharia da Dieng se referiram a atualizações ou correções de texto do ETP e Termo de Referência.

Porém, a equipe concluiu em sua análise pela inclusão da cobertura acessória referente a danos causados aos imóveis por impacto de veículos e queda de aeronave, considerando a importância de resguardar o patrimônio contra tais eventualidades.

Não obstante a cobertura para queda de aeronave constar da Proposta da Axa (doc. 22378018, pág. 6) como cobertura básica (Incêndio, Inclusive Decorrente De Tumultos, Queda De Raio, Explosão De Qualquer Natureza, Implosão E Queda De Aeronave E/Ou Outros Engenhos Espaciais), tal cobertura não consta da Proposta da Sompó (doc. 22146167).

Por telefone, o corretor Ricardo (da Sompó) esclareceu que nem todas as seguradoras incluem em suas apólices a cobertura para danos decorrentes de queda de aeronave. Informou que, tanto essa cobertura quanto a referente a danos causados aos imóveis por impacto de veículos, deveriam ser incluídas como coberturas adicionais.

1.2.4.1 Análise Técnica do TR efetuada pelas seguradoras

Na análise dos artefatos efetuada pela equipe de planejamento da contratação (doc. 22502559) e pela Dilit, na realização das diligências para garantir a clareza e adequação das exigências do edital, foi decidido pela solicitação de proposta às seguradoras, ao mesmo tempo em que foi solicitada avaliação do Termo de Referência, inclusive, se este estaria adqredo à modalidade Risco Nomeado.

Em resposta, os corretores encaminharam modelos de editais e termos de

referência nos quais foi licitada a modalidade risco nomeado (doc. 22831959): Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TDDFT (22831959, pág. 1/20) e Dataprev (22831959, pág. 21/54).

As planilhas constantes destes documentos serviram de modelo para a alteração das planilhas deste certame.

A corretora Flanci identificou um equívoco técnico no descritivo da cobertura referente à Alagamento e Inundação, conforme doc. 22831683. Esclarece que a cobertura de Alagamento aplica-se exclusivamente a danos decorrentes de eventos cuja origem seja externa ao local de risco segurado, ou seja, com entrada de água do ambiente externo para o interno.

Relaciona, ainda, os “Riscos Excluídos”, ou seja, uma série de situações que não estão cobertas por essa garantia, como danos causados por infiltrações, rompimento de tubulações internas, água de chuva que penetre por aberturas mal vedadas, entre outros.

Dessa forma, para contemplar eventos oriundos de **falhas internas**, como rupturas de encanamentos ou vazamentos de tanques, é necessária a inclusão da cobertura específica de “VAZAMENTO DE TANQUES E ROMPIMENTO DE TUBULAÇÕES”, a qual garante a indenização por danos materiais causados de forma súbita e imprevista, diretamente causados aos bens segurados por vazamento de tanques e ruptura de qualquer tubulação ou canalização de esgoto, gás e água existentes no local segurado. Inclui-se nesta cobertura os danos aos tanques e às tubulações sinistradas.

Resultado da análise

A cobertura proposta se faz necessária em razão de ocorrências anteriores de rompimentos em tubulações externas de esgoto, águas pluviais e rede de dados, conforme registrado no PAe/SEI nº 0015941-07.2025.4.01.8000. Tais incidentes ocasionaram infiltrações de água, com risco iminente de alagamento no depósito da DIMAP, conforme apontado no Parecer Técnico nº 22762020 – Ed. Sede I TRF 1ª Região.

A cobertura proposta se justifica em razão de ocorrências anteriores de rompimentos em tubulações hidráulicas internas, que resultaram no alagamento de gabinetes e salas, conforme registrado no PAe/SEI nº 0029964-26.2023.4.01.8000 e detalhado nos relatórios nº 19140363 e 19141494 (protocolo restrito).

1.2.5. Conclusões

Diante do exposto, verifica-se a necessidade de adequação do Termo de Referência, conforme indicado pelas seguradoras, ou seja, Contratação de Seguro de Riscos Nomeados, pelos seguintes motivos:

- a) considerando que permanece a necessidade de contratação de seguro predial para este Tribunal;
- b) considerando que, durante a negociação entre o pregoeiro e a licitante Axa Seguros, constatou-se que o valor da oferta não pode ser reduzido, essencialmente porque o edital não contemplou os limites máximos de indenização definidos para as coberturas e percentuais e valores definidos para as franquias em conformidade com a proposta encaminhada em 29/01/2025 (doc. 22146179);
- c) considerando a premissa de que eventos danosos não afetarão todos os prédios simultaneamente e que a definição do Limite Máximo de Indenização (LMI) será pelo maior valor em risco, ou seja, o valor da edificação e bens móveis do item 1.3 - Edifício Sede III / Edifício Anexo I: **R\$ 111.559.206,30**

(cento e onze milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil duzentos e seis reais e trinta centavos);

d) Considerando que, caso fosse considerada a integralidade do valor em risco total de R\$ 311.893.099,74 (trezentos e onze milhões, oitocentos e noventa e três mil e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos), o valor de referência do pregão eletrônico sofreria um aumento significativo.

e) Considerando que a opção da **Contratação de Seguro de Riscos Nomeados**, está em consonância com o disposto no **artigo 9º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021**, ao possibilitar a **ampliação do caráter competitivo da licitação** uma vez que pode favorecer a participação de um número maior de seguradoras. Ressaltando que a contratação na modalidade "local a local" resultou em fracasso do Pregão Eletrônico nº e Pregão Eletrônico nº, evidenciando a ineficácia desse modelo e demonstrando sua baixa atratividade junto ao mercado segurador, conforme informação contida na Proposta da:

Ressalto que a participação da na futura licitação., está condicionada ao aceite das condições da Carta Cotação nº -Opção A1, sendo que não participaremos caso o edital seja lançado na modalidade local a local.

f) considerando que a insistência da contratação de seguro no modelo "local a local" pode configurar **comprometimento, restrição ou frustração do caráter competitivo da licitação**, o que é vedado pelo ordenamento jurídico e tipificado como infração no **artigo 9º, I, "a", da Lei nº 14.133/2021**, além de configurar, em tese, crime previsto no **artigo 337-F do Código Penal**, incluído pela mesma lei.

Dessa forma, justifica-se a readequação dos artefatos da licitação visando a adoção da modalidade de LMI pelo maior valor em risco, por se tratar de alternativa mais eficiente sob os aspectos técnico e econômico, pela possibilidade de ampliar o caráter competitivo da licitação e por promover significativa economia à Administração Pública sem comprometer a extensão da cobertura securitária pretendida.

1.2.5.1 Outras alterações efetuadas

a) Alteração nos valores das franquias e coberturas a partir da coleta de novas propostas de preço obtidas diretamente com as seguradoras;

Justificativa: Nos certames fracassados, os valores e percentuais definidos no edital para a cobertura e franquias foram os mais vantajosos para a Administração entre os valores propostos pela .

Porém, verifica-se a necessidade de adequação do Termo de Referência à proposta da ou de outra(s) proposta(s) mais vantajosa(s) oriunda(s) de seguradora(s) que tenha(m) interesse no fornecimento de proposta para formação de preço referencial.

O impacto dessa alteração reflete, inclusive, na definição do preço referencial para o certame que deverá ser adequado à forma de contratação definida:

"Limite Máximo de Indenização (LMI) pelo Maior valor em risco.

b) Alteração do descritivo da cobertura referente à Responsabilidade Civil;

Justificativa: objetivando proporcionar maior clareza nas definições, alinhamento com a prática do mercado e a mitigação de risco de fracasso do certame.

Redação anterior TR	Redação atual TR
13.4. A cobertura referente a Responsabilidade Civil deverá assegurar proteção ao TRF1 em relação às quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresso pela Seguradora, relativas a terceiros decorrentes de dano pessoal (dano corporal, morte, invalidez, doença) e material). A cobertura de responsabilidade civil é a de conceito amplo, que abrangerá toda e qualquer responsabilidade civil por danos causados a terceiros.	13.4. A cobertura referente a Responsabilidade Civil - RC Geral , deverá assegurar proteção ao TRF1 em relação aos danos causados a terceiros e obrigado a indenizá-los, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, conforme as disposições contidas na Circular Susep nº 637, de 27 de julho de 2021. A referida cobertura deverá ser na modalidade específica para estabelecimento comercial.

c) Alterações indicadas pela Dieng com a INCLUSÃO da cobertura acessória referente a DANOS CAUSADOS AOS IMÓVEIS POR IMPACTO DE VEÍCULOS E QUEDA DE AERONAVE;

A cobertura referente a Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos materiais aos edifícios segurados e seus equipamentos, mobiliários e demais bens neles contidos decorrentes de impacto direto de veículos automotores terrestres, inclusive os pertencentes ao próprio órgão ou a terceiros, ainda que conduzidos por pessoas não autorizadas; queda, choque ou aterrissagem forçada de aeronaves ou quaisquer objetos que delas se desprendam, incluindo partes estruturais, bagagens ou cargas; danos ocasionados por veículos de terceiros que acidentalmente invadam o imóvel segurado ou sua área externa, como pátios, estacionamentos ou áreas de circulação;

d) Alterações indicadas pelas seguradoras com referência à cobertura de ALAGAMENTO E INUNDAÇÃO

A cobertura referente à **Alagamento e inundação** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por alagamento decorrentes de insuficiência de esgotos, galerias pluviais, desaguadouros e similares; tromba d'água, chuva, aguaceiro, enchente; transbordamento de rios, lagos, lagoas, represas e canais; ruptura ou transbordamento de encanamento, canalizações, adutoras, e reservatórios, não pertencentes ou localizados no terreno do imóvel segurado.

Justificativa: A cobertura proposta se faz necessária em razão de ocorrências anteriores de rompimentos em tubulações **externas** de esgoto, águas pluviais e rede de dados, conforme registrado no PAe/SEI nº 0015941-

07.2025.4.01.8000. Tais incidentes ocasionaram infiltrações de água, com risco iminente de alagamento no depósito da DIMAP, conforme apontado no Parecer Técnico nº 22762020 – Ed. Sede I TRF 1º Região.

f) Inclusão da cobertura de VAZAMENTO DE TANQUES E RUPTURA DE TUBULAÇÕES

A cobertura referente à **Vazamento de tanques e ruptura de tubulações** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por vazamento de tanques e ruptura de qualquer tubulação ou canalização de esgoto, gás e água que pertençam ao edifícios do Tribunal.

Justificativa: A cobertura proposta se justifica em razão de ocorrências anteriores de rompimentos em tubulações hidráulicas **internas**, que resultaram no alagamento de gabinetes e salas, conforme registrado no PAe/SEI nº 0029964-26.2023.4.01.8000 e detalhado nos relatórios nº 19140363 e 19141494 (protocolo restrito).

Justificativa para a definição da base de cálculo das coberturas

O Limite Máximo de Indenização (LMI) é o valor máximo passível de indenização pela seguradora em caso de sinistro, assegurando a cobertura financeira adequada aos riscos envolvidos. Sua definição considera o maior valor em risco no local segurado, conforme análise técnica específica.

O LMI foi definido com base no prédio de maior valor de risco, ou seja, conforme Item 1.3 do Anexo I – Edifício Sede III / Edifício Anexo I (conjunto é composto por seis blocos independentes): **R\$ 111.559.206,30**. Adotou-se a premissa de que eventos danosos não afetarão todos os blocos simultaneamente, otimizando a relação custo-benefício da cobertura.

Cobertura	Tip o de Ris co	LMI (Limite Máximo de Indenização	Cobertura (R\$)
Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves	Absolut o	R\$ 111.559.206,30 [R\$ 58.210.545,06 (Edificação) + R\$ 53.348.661,24 (Máquinas, móveis e utensílios)]	R\$ 111.559.206,30 * 4,5% = R\$ 5.000.000,00 (valor arredondado)
Alagamento e inundação	Absolut o		R\$ 111.559.206,30 * 4,5% = R\$ 5.000.000,00 (valor arredondado)
Vazamento de tanques e ruptura de tubulações	Absolut o		R\$ 111.559.206,30 * 2,3% = R\$ 2.500.000,00 (valor arredondado)

Requisitos Qualitativos e Quantitativos:

O Decreto-Lei nº 73, de 21/11/66, Art. 20, regulamentado pelo Decreto nº 60.459, de 13/03/67, retificado pelo Decreto nº 61.589, de 07/12/67, dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de seguro contra riscos de incêndio de bens pertencentes a pessoas jurídicas.

Quanto à contratação de seguro para assegurar e resguardar a integridade física dos bens imóveis e móveis do TRF1, preservando-os contra os riscos de eventuais sinistros causados por incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (*splinkers*), furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação, cujos

prejuízos possam causar dispêndio ao erário, foi efetuada consulta ao Tribunal de Contas da União sobre as disposições contidas no parágrafo único do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. Em resposta, o TCU informou não se aplicar à União a obrigatoriedade instituída pela Lei nº 10.190/2001 (doc. 11120815, pág. 76).

Parágrafo único. Não se aplica à União a obrigatoriedade estatuída na alínea "h" deste artigo. ([Incluído pela Lei nº 10.190, de 2001](#))

Porém, a Secretaria de Controle Interno desta Corte, na informação 337/2012, do Processo 2723/2011 (0022465-93.2020.4.01.8000, pág. 115/116), recomendou à Administração:

- a) decidir sobre a necessidade de contratar seguro para cobertura contra riscos de sinistro, à luz de estudos especializados, destinados a verificar as reais condições de segurança dos prédios ocupados por este Tribunal (perícia das instalações elétrica e hidráulica, verificação da existência de brigada de incêndio, entre outros);
 - b) contratar o seguro contra sinistros anteriormente mencionados, por prudência e cautela, para cobertura dos demais prédios de propriedade deste Tribunal, embora não haja obrigatoriedade legal de fazê-lo;
- (...)

1. A contratação objeto deste estudo preliminar apresenta os seguintes requisitos:

a) Lista dos Bens Imóveis e respectivos valores - Doc. 21135364;

Conforme Despacho 0945664, o prédio referente à nova sede do TRF1 foi excluído do rol de imóveis a serem segurados por possuir seguro próprio.

Em virtude da alteração das denominações dos prédios do TRF1 por meio da [Portaria Consolidada Presi 870/2022](#), faz-se necessário demonstrar a correlação entre os prédios cadastrados no Spiunet e os prédios elencados na referida portaria:

TAB. 7 . CORRELAÇÃO ENTRE PRÉDIOS LISTA SPIUNET X LISTA PORTARIA 870/2022-TRF1		
Subitem	Denominação / Endereço Spiunet	Denominação / Endereço Portaria 870/2022
1.1	Setor de Autarquias Sul - Quadra 2 - Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores CEP 70070-900	<ul style="list-style-type: none">• Ed. Sede I - Tribunal Regional Federal da 1ª Região SAUS, Quadra 02, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF, CEP 70070-900 Área: 16.371,35 m²
1.2	Setor de Autarquias Sul - Quadra 2 - Bloco K, 07, Praça dos Tribunais Superiores, CEP 70070-900	<ul style="list-style-type: none">• Ed. Sede II - Tribunal Regional Federal da 1ª Região SAUS, Quadra 02, Bloco K, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF, CEP 70070-900 Área: 8.559,00 m²
1.3	Praça dos Tribunais Superiores - Quadra 01, Bloco C, Ed Sede III e Ed. Anexo I - Plano Piloto, CEP 70096-900	<ul style="list-style-type: none">• Ed. Sede III - Tribunal Regional Federal da 1ª Região SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo I do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070-900 Área do Ed. Sede III - 13.012,49 m² <ul style="list-style-type: none">• Ed. Anexo I - Tribunal Regional Federal da 1ª Região SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo III do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070-900 Área do Anexo III - 3.177,66 m²

1.4	Setor Bancário Sul, Quadra 2, 16, Bloco D, Anexo II - Ed. Adriana, CEP 70070-100	<ul style="list-style-type: none"> • Edifício Anexo II - Tribunal Regional Federal da 1ª Região <p>"Edif. Adriana" - SBS Quadra 02, Lote 16, Bloco D, Brasília/DF, CEP 70070-903, Área: 6.172,88 m²</p>
1.5	Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 2, Lote 21, 21, Centro de Treinamento da Justiça Federal, Centrejufe, Asa Sul, CEP 70200-970	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Treinamento da Justiça da 1ª Região - Centrejufe - <p>Setor de Clubes Sociais Sul, Trecho 02 - Lote 21 Brasília/DF, CEP 70200-970 Área: 5.945,24 m²</p>
1.6	Quadra SGO, Quadra 01, 105, Setor de Garagens Oficiais Norte - Base Operacional, Setores Complementar - CEP 70610-610	<ul style="list-style-type: none"> • Base Operacional de Serviços Administrativos - Tribunal Regional Federal da 1ª Região <p>Setor de Garagens Oficinas Norte, Quadra 01 - Lotes 100/110/120, Brasília/DF, CEP 70610-610 Área: 1.746,11 m²</p>

b) Relatório de Bens das Unidades e Localização - 2024 e respectivos valores em risco - Doc. 21135543.

**TAB. 8 - RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, ENDEREÇO E VALORES EM RISCO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
"Contratação de Seguro de Riscos Nomeados"**

Item	Identificação do imóvel	Endereço	Área	Atividade	Valor dos Bens Imóveis (R\$)	Valor dos Bens Móveis (R\$)	Valor Total em Risco (R\$)
1.1	Ed. Sede I - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 02, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF, CEP 70070-900	16.37 1,35 m²	Térreo - garagem/escritório Subsolo- depósito/ escritório / garagem Sobreloja ao 3º pavimento- escritório	R\$60.638. 461,09	R\$ 20.007.01 1,08	R\$ 80.645.4 72,17
1.2	Ed. Sede II - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 02, Bloco K, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF, CEP 70070-900	8.559 ,00 m²	2º Subsolo ao Térreo: Depósito/ Escritório	R\$ 40.566.92 5,72	R\$ 15.375.87 4,29	R\$ 55.942.8 00,01
	Ed. Sede III - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo I do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070-900	13.01 2,49 m²	1º Subsolo: Garagem/ Depósito/ Escritório/ Área de saúde Térreo - Escritório/ Área de saúde1º e 2º pavimento - Escritório.			

1.3	Ed. Anexo I - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo III do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070-900	3.177,66 m2	Escritório1º andar: Escritório2º e 4º ss: escritório e depósito de material 3º e 5º ss: deposito/garagem em Sobreloja ao 3º pavimento-escritório	R\$ 58.210.545,06	R\$ 53.348.661,24	R\$ 111.559.206,30
1.4	Edifício Anexo II - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Edif. Adriana" - SBS Quadra 02, Lote 16, Bloco D, Brasília/DF, CEP 70070-903	6.172,88 m²	Térreo ao 4º pavimento - Escritórios/Depósitos/Almoxarifado	R\$ 22.102.299,50	R\$ 15.135.116,76	R\$ 37.237.416,26
1.5	Centro de Treinamento da Justiça da 1ª Região - Centrejufe	Setor de Clubes Sociais Sul, Trecho 02 - Lote 21 Brasília/DF, CEP 70200-970	5.945,24 m²	Escola Técnica	R\$ 21.517.643,96	R\$ 945.928,74	R\$ 22.463.572,70
1.6	Base Operacional de Serviços Administrativos - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Setor de Garagens Oficinas Norte, Quadra 01 - Lotes 100/110/120, Brasília/DF, CEP 70610-610	1.746,11 m2	Térreo - Gráfica, garagem e oficina Mezanino - Escritórios	R\$ 1.767.907,10	R\$ 2.276.725,20	R\$ 4.044.632,30
SUBTOTAIS					R\$204.803.782,43	R\$107.089.317,31	R\$ 311.893.099,74
VALOR EM RISCO TOTAL					R\$ 311.893.099,74		
LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA					R\$ 111.559.206,30		

c) Coberturas

- **Cobertura Básica** contra incêndio (que deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio e suas consequências), queda de raio ocorrido dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados e explosão ou implosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos;

- **Coberturas Acessórias** para danos elétricos; impacto de veículos e queda de aeronaves; responsabilidade civil (RC Geral); derrame d'água ou vazamento de chuveiros automáticos (*sprinklers*), sistema de hidrantes e mangotinhos; furto qualificado e roubo de bens; quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive pele de vidro; alagamento e inundação; vazamento de tanques e ruptura de

tubulações.

Justificativa para a contratação da cobertura DANOS ELÉTRICOS: Assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e/ou danos físicos diretamente causados a quaisquer máquinas, equipamentos ou instalações eletrônicas ou elétricas devido a variações anormais de tensão, curto-circuito, arco voltaico, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica, inclusive a queda de raio ocorrida fora do local segurado.

Justificativa para a contratação da cobertura IMPACTO DE VEÍCULOS E QUEDA DE AERONAVES: Assegurar proteção patrimonial contra eventos dessa natureza dado o alto impacto financeiro e estrutural. Tais eventos, embora raros, podem ocasionar prejuízos significativos à infraestrutura física das edificações, comprometendo a segurança, a continuidade das atividades institucionais e gerando custos elevados para recuperação dos danos. E, ainda, considerando que as edificações do Tribunal estão localizadas em áreas urbanas, com considerável fluxo de veículos terrestres e eventualmente sujeitas a rotas aéreas, é prudente e tecnicamente recomendável a inclusão dessa cobertura.

Justificativa para a contratação da cobertura RESPONSABILIDADE CIVIL / ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E/OU INDUSTRIAIS - RC GERAL: Trata-se de cobertura obrigatória nos termos [artigo 20 do Decreto Lei nº 73/1966](#). A referida cobertura deverá ser na modalidade específica para estabelecimento comercial e deverá assegurar proteção ao TRF1 em relação aos danos causados a terceiros e obrigado a indenizá-los, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, conforme as disposições contidas no [art. 3º da Circular Susep nº 637, de 27 de julho de 2021](#).

Art. 3º No seguro de responsabilidade civil, a sociedade seguradora garante o interesse do segurado, quando este for responsabilizado por danos causados a terceiros e obrigado a indenizá-los, a título de reparação, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, mediante a anuência da sociedade seguradora, desde que atendidas as disposições do contrato.

Justificativa para a contratação da cobertura DERRAME D'ÁGUA, VAZAMENTO DE CHUVEIROS AUTOMÁTICOS (SPRINKLERS), SISTEMA DE HIDRANTES E MANGOTINHOS: Assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por água, proveniente do derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (*sprinklers*) existentes e instalados nos prédios segurados.

Justificativa para a contratação da cobertura FURTO QUALIFICADO E ROUBO DE BENS: Assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e/ou danos físicos diretamente causados pela subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, com ou sem o emprego de violência ou ameaça, mas com características de destruição ou rompimento de obstáculo, abuso de confiança, ocorrência de fraude, escalada ou destreza, emprego de chaves falsas ou mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

Justificativa para a contratação da cobertura QUEBRA DE VIDROS, ESPELHOS, MÁRMORES E GRANITOS, INCLUSIVE, PELE DE VIDRO: Assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e/ou danos materiais sofridos por vidros, espelhos, mármore, regularmente existentes e instalados em portas, janelas, vitrinas, balcões e mesas de escritório nos prédios segurados.

Justificativa para a contratação da cobertura ALAGAMENTO E INUNDAÇÃO: Assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por alagamento decorrentes de insuficiência de esgotos, galerias pluviais, desaguadouros e similares; tromba d'água, chuva, aguaceiro, enchente;

transbordamento de rios, lagos, lagoas, represas e canais; ruptura ou transbordamento de encanamento, canalizações, adutoras, e reservatórios, não pertencentes ou localizados no terreno do imóvel segurado.

Justificativa para a contratação da cobertura VAZAMENTO DE TANQUES E RUPTURA DE TUBULAÇÕES: Assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por vazamento de tanques e ruptura de qualquer tubulação ou canalização de esgoto, gás e água que pertençam ao edifícios do Tribunal.

Para a definição dos valores de cobertura relativos às coberturas adicionais do seguro predial deste Tribunal, adotou-se como premissa a proporcionalidade em relação ao valor total do imóvel segurado, considerando os riscos potenciais e os custos estimados para reparação, reconstrução ou reposição decorrentes de eventos cobertos por cada garantia complementar.

O dimensionamento dos valores buscou assegurar equilíbrio entre a suficiência da cobertura para reparação integral dos danos e a economicidade contratual, conforme os princípios da razoabilidade e da vantajosidade da contratação pública.

Nesse sentido, foram consideradas as seguintes variáveis técnicas:

Valor de reconstrução do prédio segurado, como parâmetro base para dimensionamento de perdas estruturais ou reparações relevantes;

Custos médios de materiais e serviços especializados, com base em referências de mercado;

Probabilidade e severidade dos eventos cobertos, com foco na exposição ao risco e na recorrência observada em contextos similares;

Especificidades da estrutura e atividades desenvolvidas no imóvel, que influenciam diretamente na extensão dos danos e no tempo de recuperação operacional.

d) Franquias

A manutenção das franquias preestabelecidas no Termo Aditivo nº 4 - Contrato 10/2020 - Mapfre (19928768), em vigor no Tribunal, resultou em fracasso do Pregão Eletrônico 90002/2025 (21987973). A definição de franquias mais vantajosas dentre as propostas pelas seguradoras, resultou no fracasso do Pregão Eletrônico nº 90004.2025 (22250015).

Ressalte-se a informação inserida nos ETP dos pregões 90002/2025 (21987973) e 90004.2025 (22250015).

Por telefone, o Superintendente da Corretora Flanci, Ricardo Barreto (61.99836-6203), justificou que os valores são definidos por seguradora conforme cadastro de seus produtos previamente efetuado na Susep, nos termos da [Circular Susep nº 657/2022](#). Informou, ainda, que a definição de franquias com valores muito abaixo dos valores cadastrados pelas seguradoras pode frustrar o caráter competitivo do certame por inviabilizar a participação de diversas seguradoras.

TAB. 9 - COBERTURAS, LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO E FRANQUIAS

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO "Contratação de Seguro de Riscos Nomeados"			
Valor em Risco Total: R\$ 311.893.099,74		Limite Máximo de Garantia: R\$ 111.559.206,30	
Cobertura	Risco	Limite Máximo de Indenização (R\$)	Franquias
Básica: Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Relativo	R\$ 111.559.206,30	Item 1.6 Base Operacional: 20% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 100.000,00 Itens 1.1 a 1.5: 10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 1.000,00
Danos elétricos	Absoluto	R\$6.000.000,00	15% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 10.000,00
Impacto de veículos e queda de aeronaves	Absoluto	R\$5.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 3.000,00
Responsabilidade Civil (RC Geral) / Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais	Absoluto	R\$2.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00
Derrame d'água ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers), sistema de hidrantes e mangotinhos	Absoluto	R\$3.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00
Furto qualificado e roubo de bens	Absoluto	R\$300.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00
Quebra de Vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive pele de vidro	Absoluto	R\$200.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 2.000,00
Alagamento e inundação	Absoluto	R\$5.000.000,00	20% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$30.000,00
Vazamento de tanques e ruptura de tubulações	Absoluto	R\$2.500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00

e) Condições de diminuição de risco conforme Relatório Informativo elaborado pela Brigada de Incêndio (20651189):

As edificações a serem seguradas contam com condições de diminuição de riscos de sinistros, conforme levantamento dos sistemas de segurança, especificado abaixo:

TAB. 10 - RELAÇÃO QUALITATIVA DE PREVENTIVOS Obs.: Relatório elaborado pela Equipe de Brigada com atualizações realizadas pela Divisão de Engenharia/TRF1	
Relação Qualitativa de Preventivos Existentes nos Prédios do TRF1 ED. SEDE I	
Preventivos	Observações

Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	O Sistema de chuveiros automáticos, tipo <i>splinkers</i> estão sendo instalados em toda edificação conforme projeto de implementação contra incêndio.
Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Nesta edificação estão instalando sistemas de detecção (detectores de fumaça, detectores de calor, acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial)
Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por gravidade, porém está sendo adequado para pressurização por bombas hidráulicas.
Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas	Esta edificação possui equipe de brigada de incêndio durante todos os períodos, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Equipe treinada para atuação em situações emergenciais
Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 05 (cinco) elevadores movidos por cabo de aço e polias; e 01 (um) elevador hidráulico
Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas na lateral da edificação. Está prevista uma modificação para um novo sistema de SPDA estrutural, que visa melhorar a proteção contra descargas atmosféricas e garantir a segurança da edificação e de seus ocupantes. Essa modificação visa atender às normas e regulamentações vigentes, além de proporcionar uma maior eficiência e confiabilidade ao sistema de proteção contra descargas atmosféricas.
Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal, portaria lateral e saídas da garagem interna no térreo), a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais
Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Relação Qualitativa de Preventivos Existentes nos Prédios do TRF1 ED. SEDE II	
Preventivos	Observações
Sistema de chuveiros	O Sistema de chuveiros automáticos, tipo

automáticos tipo Sprinklers	<i>splinkers</i> se encontra presente em todos os pavimentos da edificação
Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação possui sistemas de detecção (detectores de fumaça e acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial). Porém, apresenta falhas no sistema.
Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.
Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas	Esta edificação possui equipe de brigada de incêndio durante todos os períodos, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Equipe treinada para atuação em situações emergenciais
Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 03(três) elevadores movidos por cabo de aço e polias;
Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal e saídas no 1º subsolo próximo ao malote), considerando, ainda, a rota de fuga existente no 2º subsolo do prédio, que permite acesso à área externa do prédio no pavimento térreo, ambas a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais. Contudo, o acesso à saída do 2º subsolo tem desnível no piso e está gradeada e trancada com caderados em descordo com a noma NBR 9077.
Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Relação Qualitativa de Preventivos Existentes nos Prédios do TRF1 ED. SEDE III	
Preventivos	Observações
Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	Esta edificação não possui sistema de chuveiros automáticos, tipo <i>splinkers</i>
Sistema de alarme	Esta edificação não possui sistemas de detecção

e detecção contra incêndio	(detectores de fumaça e acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial).
Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por gravidade.
Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser garantido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico) e uma carreta ABC 50kg. Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas	Esta edificação possui equipe de brigada de incêndio durante todos os períodos, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Equipe treinada para atuação em situações emergenciais
Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 04(quatro) elevadores movidos por cabo de aço e polias;
Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas no centro da edificação. Está prevista uma modificação para um novo sistema de SPDA estrutural, que visa melhorar a proteção contra descargas atmosféricas e garantir a segurança da edificação e de seus ocupantes. Essa modificação visa atender às normas e regulamentações vigentes, além de proporcionar uma maior eficiência e confiabilidade ao sistema de proteção contra descargas atmosféricas.
Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal e saída da garagem no 1º subsolo), ambas a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais.
Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Relação Qualitativa de Preventivos Existentes nos Prédios do TRF1 ED. ANEXO I	
Preventivos	Observações
Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	Esta edificação possui sistema de chuveiros automáticos, tipo <i>splinkers</i> mas está inoperante.
Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação não possui sistemas de detecção (detectores de fumaça e acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial).

Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas
Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco) e CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas	Esta edificação possui equipe de brigada de incêndio durante todos os períodos, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Equipe treinada para atuação em situações emergenciais
Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 03 (três) elevadores movidos por cabo de aço e polias;
Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas na lateral da edificação.
Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal no pavimento térreo e saída da garagem, no 1º subsolo), ambas a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais.
Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Relação Qualitativa de Preventivos Existentes nos Prédios do TRF1 Anexo II - ED. ADRIANA	
Preventivos	Observações
Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	Esta edificação não possui sistema de chuveiros automáticos, tipo <i>splinkers</i>
Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação não possui sistemas de detecção (detectores de fumaça e acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial).
Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por gravidade.
Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás

	carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas	Esta edificação não possui brigada de incêndio fixa durante o período de funcionamento. O prédio conta com porcentagem da população treinada (brigada voluntária) para atender situações emergenciais.
Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 02 (dois) elevadores movidos por cabo de aço e polias;
Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas na lateral da edificação.
Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal no pavimento térreo, acesso pelo 2º subsolo e saída da garagem, também no 2º subsolo), ambas a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais.
Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.

Relação Qualitativa de Preventivos Existentes nos Prédios do TRF1 CENTREJUFE - ESMAF/HOTEL

Preventivos	Observações
Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	No <u>Centrejufe</u> , o Sistema de chuveiros automáticos, tipo <i>splinkers</i> se encontra presente em todos os pavimentos da edificação No <u>Hotel/Centrejufe</u> não possui sistema de chuveiros automáticos, tipo <i>splinkers</i>
Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Centrejufe e Hotel Esta edificação possui sistemas de detecção (detectores de fumaça e acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial).
Sistema de hidrantes com mangueiras	Centrejufe e Hotel Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas
Extintores de combate a incêndio	Centrejufe e Hotel Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico,	Centrejufe e Hotel

salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas	Esta edificação não possui brigada de incêndio fixa durante o período de funcionamento.
Sistema de transporte vertical (elevadores)	<u>Centrejufe</u> - Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 01 (um) elevador) movidos por cabo de aço e polias; <u>Hotel Centrejufe</u> - Esta edificação não possui sistema de transporte vertical (elevadores)
Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	Centrejufe - Esmaf / Hotel A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
Escada e saídas de emergência	<u>Centrejufe</u> - Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum. Todavia, esta edificação possui um auditório, e neste local existem 02 (duas) saídas de emergência. Além destas, o prédio possui entrada comum (portaria principal) no pavimento térreo), podendo esta ser utilizada como rotas de fuga em situações emergenciais. <u>Hotel/Centrejufe</u> - Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum. O prédio possui entrada comum (portaria principal no pavimento térreo) e portaria lateral no térreo, podendo serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais.
Iluminação de Emergência	Centrejufe e Hotel O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Relação Qualitativa de Preventivos Existentes nos Prédios do TRF1 BASE OPERACIONAL / GRÁFICA	
Preventivos	Observações
Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	Base Operacional e Gráfica Esta edificação não possui sistema de chuveiros automáticos, tipo <i>splinkers</i>
Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Base Operacional e Gráfica Esta edificação possui sistemas de detecção (acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial).
Sistema de hidrantes com mangueiras	Base Operacional e Gráfica Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.
Extintores de combate a incêndio	Base Operacional e Gráfica Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão,tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
Brigada de	

incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas	Base Operacional e Gráfica Esta edificação não possui brigada de incêndio fixa durante o período de funcionamento. O prédio conta com porcentagem da população treinada (brigada voluntária) para atender situações emergenciais.
Sistema de transporte vertical (elevadores)	Base Operacional e Gráfica Esta edificação não possui sistema de transporte vertical (elevadores)
Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	Base Operacional e Gráfica A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
Escada e saídas de emergência	Base Operacional Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum. O prédio possui entrada comum (portaria principal na área de garagem e na lateral), podendo estas serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais. Gráfica Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum. O prédio possui entrada pelos fundos (da Base operacional), sendo fundos e corredores como opção de saída em situações emergenciais.
Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.

f) Informações complementares:

I - Os imóveis pertencentes a este Tribunal estão inseridos no conjunto urbano de Brasília que é tombado, nos termos da Portaria Iphan nº 314/92 e Portaria Iphan nº 166/2016. Contudo, nenhum deles faz parte dos imóveis tombados individualmente pelo IPHAN;

II - Todas as edificações possuem área para arquivo, sendo que nos edifícios Sede III e Anexo II (Ed. Adriana), há arquivos judiciais. Além, desses, há processos administrativos armazenados, inclusive na categoria "guarda permanente";

III - Não existem imóveis desocupados ou locados, à exceção da nova sede do TRF1, que se encontra em construção, porém não integra o conjunto de imóveis objeto desta contratação.

IV - Os bens em desuso e/ou avaliados como inservíveis, após devolvidos à área de patrimônio, são destinados a compor processo de desfazimento de bens móveis em conformidade com a Instrução Normativa 14-16 do TRF1.

V - Não foram utilizados isopainéis nas edificações. Porém, os Edifícios Centro de Treinamento da Justiça da 1ª Região - Centrejufe e Base Operacional de Serviços Administrativos possuem telha termoacústica.

Metragem:

- Base Operacional: não temos planta da cobertura, pela projeção na planta baixa é cerca de 1.986,12 m2.

- Esmaf: 991,31 m2.

- Hotel: 1.057,96 m2.

VI - Conforme doc. 2089484, para fins de elaboração de proposta de seguro, foram

informadas pela Divisão de Assistência à Saúde - DIASA as atividades realizadas no Serviço de Saúde do Tribunal:

- . Pronto atendimento;
- Consultas médicas, odontológicas, de enfermagem, de psicologia, de nutrição, de serviço social;
- Emissão de atestados de saúde;
- Atendimentos de emergência em postos de trabalho (com utilização de Desfibrilador, se necessário);
- Homologação de atestados médicos e odontológicos;
- Autorizações de procedimentos diversos (médicos, odontológicos, de psicologia);
- Juntas médicas; · Participação, elaboração, coordenação e execução de programas de promoção da saúde;
- Atendimentos odontológicos (inclusive RX), de enfermagem, de psicologia, de nutrição, de serviço social;
- Análises de processos diversos;
- Atendimento à bebês de 5 a 15 meses no berçário do Tribunal (cuidados básicos e de primeiros socorros, preparo e administração de refeições diariamente - utilização de fogão elétrico na cozinha);
- Exames periódicos de saúde;
- Serviço de saúde e segurança do trabalho;
- O setor também dispõe de local apropriado para a coleta e o descarte de resíduos hospitalares.

Quanto ao esclarecimento de que os imóveis a serem segurados se encontram atualmente ou serão submetidos dentro do prazo de vigência da apólice a algum tipo de obra ou reforma, conforme doc. 9526729, justificamos o que se segue:

VII - Os imóveis podem ser submetidos a obras de Retrofit (reforma e reabilitação) durante a vigência da apólice. No entanto, qualquer alteração referente ao valor total dos bens abrangidos pela apólice, assim como a inclusão e/ou exclusão de bens, serão objeto de endosso, conforme previsão em Termo de Referência.

E.2. Critérios de sustentabilidade					
O objeto prescinde de estudos ambientais por se tratar de prestação de serviços.					
E.3. Critérios de acessibilidade					
Requisitos como acessibilidade e inclusão estão fora do escopo da solução proposta.					
E.4. Demonstração de que o mercado atende aos requisitos mínimos (nos casos de licitação que compreendam bens permanentes e/ou bens de consumo)					
Itens	Requisitos mínimos	- Fabricante 1 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante 2 - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	- Fabricante... - Modelo - Critérios de sustentabilidade e/ou acessibilidade - Fontes de consulta (link SEI)	Justificativa Caso alguma especificação (requisitos mínimos) deva ser mantida, ainda que não atendida por pelo menos três dos fabricantes listados.
	Obs.: Não se aplica por se tratar de				

	contratação de serviços				

F. Descrição da solução como um todo

F.1. Resultados pretendidos com a solução escolhida

Benefícios Diretos:

Assegurar proteção ao TRF1 em relação a eventuais prejuízos que possam ocorrer, seja por atos diversos ou catástrofes garantindo a reparação dos danos, respeitando os riscos previstos e as coberturas estabelecidas;

Benefícios Indiretos:

Mitigar riscos decorrentes de sinistros que possam comprometer o funcionamento do Tribunal, garantindo a cobertura de eventuais danos.

F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes à contratação

F.3. Adequações do ambiente do órgão impostas pela solução escolhida

Não aplicável à demanda por não haver a necessidade de ajustes para a viabilização da contratação

F.4. Descrição integral da solução

Quanto ao objeto e justificativa para aquisição:

Contratação de seguro predial na modalidade de Seguro de Riscos Nomeados para garantir a cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília-DF.

A contratação dos serviços aqui descritos se justifica diante da necessidade da Administração em prevenir-se contra os riscos de eventuais sinistros causados por incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (*splinkers*), furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação, cujos prejuízos possam causar dispêndio ao erário e manter a integridade dos bens móveis e imóveis sob a responsabilidade do Tribunal;

Quanto à Base Legal:

Recomenda-se que esta licitação seja efetuada nos moldes de Pregão Eletrônico conforme disposto no inciso I, art. 28 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, visto se tratar de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Justifica-se a doção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, uma vez que, conforme demonstrado neste Estudo Técnico Preliminar, este critério revela-se o mais vantajoso para a Administração Pública. Isso se deve ao fato de que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas não excedem os requisitos mínimos das especificações e condições estabelecidas e não são relevantes aos fins pretendidos pela Administração, conforme as disposições contidas no [art. 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022](#).

Justificativa para o critério de aceitabilidade da proposta

A adjudicação global está justificada considerando a inviabilidade operacional na gestão dos inúmeros contratos que poderão resultar após a licitação com adjudicação por item, concomitante à redução do risco de inexecução, dessa maneira, entende-se pela conveniência da adjudicação a uma única empresa.

Da natureza e vigência da contratação

O questionamento foi encaminhado à Secretaria de Auditoria Interna quanto ao entendimento jurídico sobre o Parecer da AGU (6083217) que possibilita a celebração de contratos de seguro patrimonial como serviço continuado.

Em resposta (doc. 6416605) a Secau informou que a *solução que pode ser configurada como contínua, permitindo, assim, a contratação sucessiva com base no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, sem que seja, contudo, imposto o limite de 60 meses, dada a sua natureza privada. Todavia, considerando que não se localizou jurisprudência firmada pelo TCU a esse respeito e que a Corte de Contas firmou contratos de seguro patrimonial com vigência de doze meses até o limite de sessenta meses, afigura-se razoável que o limite de sessenta meses também seja adotado pela Administração, caso se decida por contratar o serviço como contínuo.*

Contratação é de natureza contínua tendo em vista tratar-se de prestação de serviço regular padronizado. Por se tratar de serviço com fornecimento contínuo o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme as disposições contidas no artigos 107 da Lei nº 14.133/2021.

A prorrogação de contrato será promovida mediante celebração de termo aditivo.

A apólice a ser apresentada a este Tribunal deverá demonstrar em suas condições particulares ou especiais as cláusulas concernentes às coberturas exigidas neste ETP.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, observadas as condições e limites estabelecidos no [art. 107 da Lei 14.133/2021](#), já incluído o primeiro ano de vigência.

Condições de participação:

Será assegurada a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei n. 14.133/2021.

Será admitida a participação de sociedades cooperativas, de acordo com o previsto no art. 16 da Lei n.14.133/2021.

Do detalhamento do objeto

Conforme tabelas inseridas no tópico E.1 Requisitos Qualitativos e Quantitativos:

Tabela 08 - Relação dos imóveis, endereço e valores em risco

Tabela 09 - Coberturas, limites máximos de indenização e franquias

Proposta e Informações complementares:

A licitante deverá apresentar proposta detalhada do custo do seguro para os eventos dos riscos mencionados conforme modelo de formulação de preços.

- O TRF1 dispõe de Brigada de Incêndio formada, e de sistemas de prevenção de incêndio, conforme o **Anexo III - Relatório dos Sistemas de Segurança**, do Termo de Referência.

- Há contrato de manutenção preventiva e corretiva das edificações e instalações do TRF1 em vigor;

- Dados da última contratação:

a) Seguradora: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A;

- b) vigência da Apólice: das 24h de 12/02/2024 às 24h de 12/02/2025;
- c) não houve ocorrência de sinistro durante a vigência do Contrato nº 10/2020 (9649900), assinado em 12/02/2020;
- d) valor total do prêmio pago: R\$.

Os imóveis pertencentes a este Tribunal estão inseridos no conjunto urbano de Brasília que é tombado, nos termos da Portaria Iphan nº 314/92 e Portaria Iphan nº 166/2016. Contudo, nenhum deles faz parte dos imóveis tombados individualmente pelo IPHAN;

Todas as edificações possuem área para arquivo, sendo que nos edifícios Sede III e Anexo II (Ed. Adriana), há arquivos judiciais. Além, desses, há processos administrativos armazenados, inclusive na categoria "guarda permanente".

Não existem imóveis desocupados ou locados, à exceção da nova sede do TRF1, que se encontra em construção, porém não integra o conjunto de imóveis objeto desta contratação.

Os bens em desuso e/ou avaliados como inservíveis, após devolvidos à área de patrimônio, são destinados a compor processo de desfazimento de bens móveis em conformidade com a Instrução Normativa 14-16 do TRF1.

Não foram utilizados isopainéis nas edificações. Porém, os Edifícios Centro de Treinamento da Justiça da 1ª Região - Centrejufe e Base Operacional de Serviços Administrativos possuem telha termoacústica.

Metragem:

- Base Operacional: não temos planta da cobertura, pela projeção na planta baixa é cerca de 1.986,12 m2.
- Esmaf: 991,31 m2.
- Hotel: 1.057,96 m2.

O serviço de Saúde do TRF1 realiza diversas atividades, tais como: consultas médicas, odontológicas, de enfermagem, de nutrição, de serviço social, emissão de atestados de saúde, atendimento de emergência nos postos de trabalho (inclusive, com utilização de desfibrilizador, quando necessário), exames periódicos de saúde, além de ações relacionadas à saúde e segurança do trabalho, entre outras. O setor também dispõe de local apropriado para a coleta e o descarte de resíduos hospitalares.

Os imóveis podem ser submetidos a obras de Retrofit (reforma e reabilitação) durante a vigência da apólice. No entanto, qualquer alteração referente ao valor total dos bens abrangidos pela apólice, assim como a inclusão e/ou exclusão de bens, serão objeto de endosso, conforme estabelecido no item 12 deste Termo de Referência.

Vistoria

Fica facultado às licitantes realização de vistoria prévia, devidamente agendada com a Divisão de Engenharia - DIENG, pelo telefone (61) 3410-3230 das 09h00min às 18h00min, para levantamento e análise do risco pelo qual se responsabilizará, no caso de contratação do seguro;

Ciclo de Vida

Após o término de vigência da apólice 4061000011496, ocorrido em 12/02/2025, a Divisão de Material e Patrimônio - Dimap identificou a necessidade de contratar empresa para prestação de serviços de seguro predial contra incêndios, raios, explosões; danos elétricos; impacto de veículos e queda de aeronaves; responsabilidade Civil; derrame de água ou vazamento de chuveiros automáticos

(splinklers), sistemas de hidrantes e mangotinhos; furto qualificado e roubo de bens; quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive pele de vidro; alagamento e inundação; vazamento de tanques e ruptura de tubulações, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário em uso pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, compreendendo os bens, valores e coberturas contidos no **Anexo I - Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco**, do Termo de Referência.

Caracterizado o sinistro, a seguradora fica responsável por garantir a plena cobertura estabelecidas na apólice e no termo de referência, providenciando a regularização do sinistro porventura ocorrido, considerando as normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Sustentabilidade

O objeto prescinde de estudos ambientais por se tratar de prestação de serviços.

Apólice de seguro

A SEGURADORA deverá emitir a(s) apólice(s) em conformidade com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e deverá constar o seguinte:

Identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ, o número do processo administrativo da SUSEP que identifica o plano comercializado, as datas de início e fim de sua vigência, e descrição de cada edifício com suas devidas especificações, localizações e valores em risco;

Prêmios discriminados por cobertura, Limites Máximos de indenização e Limites Máximos de Garantia da apólice;

O nome ou a razão social do segurado;

Todos os procedimentos para a liquidação de sinistros, com especificação dos documentos básicos necessários a serem apresentados para cada tipo de cobertura;

Prazo de vigência da Apólice: **O prazo de vigência da Apólice será de 12 (doze) meses contados do início da vigência do seguro.**

A Seguradora deverá emitir e entregar a apólice do seguro **no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, contados da data inicial fixada para a vigência do contrato, a qual será estabelecida no próprio contrato, onde constarão todos os dados do seguro, os bens segurados, a cobertura, os valores contratados e a vigência do seguro.

Aviso de Sinistro

A SEGURADORA deverá colocar à disposição do SEGURADO, 24 horas por dia, durante os 07 dias da semana, central de atendimento para aviso de sinistro;

Após registro de sinistro, a SEGURADORA deverá vistoriar o local do dano e proceder às devidas formalidades, visando o pagamento da indenização aplicável ao caso.

Endosso

Quaisquer alterações, tais como inclusão, substituição e exclusão de imóvel na apólice poderão ser solicitadas pelo SEGURADO e processadas pela SEGURADORA, mediante endosso;

Riscos cobertos

Cobertura Básica contra incêndio (que deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio e suas consequências), queda de raio ocorrido dentro da área do terreno ou

edifício onde estiverem localizados os bens segurados e explosão ou implosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos;

Coberturas Acessórias para danos elétricos; impacto de veículos e queda de aeronaves; responsabilidade civil (RC Geral); derrame d'água ou vazamento de chuveiros automáticos (*sprinklers*), sistema de hidrantes e mangotinhos; furto qualificado e roubo de bens; quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive pele de vidro; alagamento e inundação; vazamento de tanques e ruptura de tubulações.

A cobertura referente a **Danos Elétricos** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e/ou danos físicos diretamente causados a quaisquer máquinas, equipamentos ou instalações eletrônicas ou elétricas devido a variações anormais de tensão, curto-circuito, arco voltaico, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica, inclusive a queda de raio ocorrida fora do local segurado.

A cobertura referente a **Impacto de veículos e queda de aeronaves** deverá assegurar proteção patrimonial contra eventos dessa natureza dado o alto impacto financeiro e estrutural, considerando que as edificações do Tribunal estão localizadas em áreas urbanas, com considerável fluxo de veículos terrestres e sujeitas a rotas aéreas.

A cobertura referente a **Responsabilidade Civil - RC Geral**, deverá assegurar proteção ao TRF1 em relação aos danos causados a terceiros e obrigado a indenizá-los, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, conforme as disposições contidas na Circular Susep nº 637, de 27 de julho de 2021. A referida cobertura deverá ser na modalidade específica para estabelecimento comercial e/ou industrial.

A cobertura referente ao **Derrame d'água, vazamento de chuveiros automáticos (*sprinklers*), sistema de hidrantes e mangotinhos** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por água, proveniente do derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (*sprinklers*) existentes e instalados nos prédios segurados.

A cobertura referente à **Furto qualificado e roubo de bens** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e/ou danos físicos diretamente causados pela subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, com ou sem o emprego de violência ou ameaça, mas com características de destruição ou rompimento de obstáculo, abuso de confiança, ocorrência de fraude, escalada ou destreza, emprego de chaves falsas ou mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

A cobertura referente à **Quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive, pele de vidro** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e/ou danos materiais sofridos por vidros, espelhos, mármore, regularmente existentes e instalados em portas, janelas, vitrinas, balcões e mesas de escritório nos prédios segurados.

A cobertura referente à **Alagamento e inundação** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por alagamento decorrentes de insuficiência de esgotos, galerias pluviais, desaguadouros e similares; tromba d'água, chuva, aguaceiro, enchente; transbordamento de rios, lagos, lagoas, represas e canais; ruptura ou transbordamento de encanamento, canalizações, adutoras, e reservatórios, não pertencentes ou localizados no terreno do imóvel segurado.

A cobertura referente à **Vazamento de tanques e ruptura de tubulações**

deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por vazamento de tanques e ruptura de qualquer tubulação ou canalização de esgoto, gás e água que pertençam ao edifícios do Tribunal.

Subcontratação e garantia contratual

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não há previsão de garantia contratual, visto que o objeto é regulamentado pela Susep.

Execução do Objeto

A Seguradora deverá emitir e entregar a apólice do seguro **no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, contados da data inicial fixada para a vigência do contrato, a qual será estabelecida no próprio contrato, onde constarão todos os dados do seguro, os bens segurados, a cobertura, os valores contratados e a vigência do seguro.

Preposto

A empresa SEGURADORA deverá nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato.

Recebimento do Objeto

O recebimento provisório ocorrerá de forma sumária, no ato de entrega da apólice, juntamente com o documento de cobrança, para posterior verificação da sua conformidade, pelo(a) responsável pelo recebimento do objeto.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após verificação de sua conformidade com as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta, mediante termo detalhado e atesto do documento de cobrança, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime a Seguradora da responsabilidade de reparar eventuais defeitos constatados posteriormente.

Do reajuste

A Seguradora poderá solicitar o reajuste contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado.

Adequação orçamentária

1. Unidade Gestora (UG)/Responsável: **090027/00001 - Secretaria do TRF da 1ª Região**
2. Fonte de Recursos: **0100000000**
3. Programa de Trabalho (PTRES): **168376**
4. Natureza de Despesa: **3390.39**

Proteção de Dados

Para a presente contratação não há tratamento específico de dados pessoais - Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD.

G. Declaração de viabilidade

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo técnico desenvolvido, declaramos que a solução apresentada é viável de prosseguir e ser concretizada, pois:

- ☐ A necessidade apontada é clara e adequadamente justificada;
- ☐ Está alinhada com os objetivos estratégicos do órgão ou com os programas/atividades formalmente estabelecidas para a Unidade Requisitante;
- ☐ As quantidades e demais exigências a contratar estão coerentes com os requisitos quantitativos e qualitativos que precisam ser atendidos para resolução da

necessidade identificada;

- A análise de mercado demonstra haver diversas empresas no mercado nacional capazes de prestar os serviços demandados;
- A escolha da melhor solução está justificada no corpo do detalhamento do estudo técnico preliminar;
- Há justificativa para o não parcelamento que estarão sujeitos à licitação;
- Os resultados pretendidos com a solução escolhida atendem os requisitos apresentados e agregam valor em termos de economicidade, aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como melhoria da qualidade dos serviços ofertados à sociedade;
- Foram realizadas estimativas preliminares de preços de mercado, a fim de que a Administração Superior possa avaliar, aprovar e programar o provimento dos recursos necessários ao longo de todo o período de implantação da solução

H. Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade do ETP

Responsável pela elaboração: *(servidor da unidade requisitante)*

Equipe de Planejamento da Contratação (Designação/Substituição 22502559)

Daniel de Andrade Santos Supervisor de Seção - SEMEQ	Ciro Marcos de Souza Nunes Engenheiro Eletricista (equipe técnica)	André Mamedes da Silva Engenheiro Civil (equipe técnica)
Neuraciene Augusta Coelho Supervisora da Seres/Dimap	Francisco Miguel Melo Rufino dos Santos Técnico Judiciário / Dimap	

Responsável pela revisão, supervisão e controle de qualidade: *(diretor)*

Adriana Pinho Rocha
Diretora da DIMAP/SecGA



Documento assinado eletronicamente por **Daniel de Andrade Santos, Supervisor(a) de Seção**, em 04/08/2025, às 15:24 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **André Mamedes da Silva, Engenheiro(a)**, em 04/08/2025, às 16:18 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ciro Marcos de Souza Nunes, Engenheiro(a)**, em 05/08/2025, às 11:30 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Pinho Rocha, Diretor(a) de Divisão**, em 05/08/2025, às 14:56 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site



<https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **23214448** e o código CRC **BA8B537C**.

SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores - CEP 70070-900 - Brasília - DF - www.trf1.jus.br
0007419-59.2023.4.01.8000 23214448v28